



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

## TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0002103-72.2016.8.26.0566  
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Posse de Drogas para Consumo Pessoal  
 Documento de Origem: TC, OF, BO - 014/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 137/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 900007/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO  
 Autor: Justiça Pública  
 Autor do Fato: FELIPE DIAS

Aos 19 de abril de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, **foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça. Ausente o acusado **FELIPE DIAS**. Presente o Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. O MM. Juiz determinou o prosseguimento do processo sem a presença do acusado nos termos do artigo 367 do CPP. **Inicialmente o MM. Juiz deu a palavra ao(à) defensor(a) para responder a acusação e por ele(a) foi dito:** MM. Juiz: A denúncia não pode ser recebida, eis que as provas são insuficientes para justificar a persecução criminal. **O MM. Juiz declarou que recebia a denúncia porque os elementos em que ela está fundamentada justificam a instauração da ação penal, não merecendo acolhida, no momento, os argumentos apresentados pela Defesa.** Prosseguindo, o MM. Juiz passou a inquirir a testemunha de acusação José Donizete de Souza Camargo, em termo apartado, restando prejudicado o interrogatório do acusado ante sua ausência. Não havendo outras provas passaram-se aos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: Materialidade comprovada pelo laudo e autoria certa. Isto posto requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: O pedido acusatório é improcedente. O crime do artigo 28 da lei de drogas ofende o princípio da intervenção mínima, não podendo ser reputado de acordo com a Constituição Federal. O bem jurídico "Saúde Pública" não é afetado pelo porte de droga para uso próprio. A autolesão é irrelevante para o direito penal. Bem por isso, o legislador infraconstitucional ofendeu a Constituição ao criminalizar uma conduta que não afeta a vida em sociedade, senão, quando muito, o próprio usuário. Salienta-se que no direito comparado a Suprema corte da Argentina reconheceu a ilegitimidade de intervenção penal contra usuários e dependentes de drogas. Além disso, o Supremo Tribunal Federal reconheceu recentemente a repercussão geral em recurso extraordinário da Defensoria Pública sobre o tema. Por último, a atual comissão de juristas encarregada da reforma do Código Penal, apresentou recentemente proposta de descriminalização desta conduta. Assim, requer-se a absolvição com fundamento no artigo 386, III, do CPP. Havendo condenação, requer-se a aplicação de pena mínima. Em seguida, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: **VISTOS. FELIPE DIAS**, RG 46.175.222, com dados qualificativos nos autos, está acusado de transgredir o artigo 28, caput, da Lei nº. 11.343/06, porque no dia 02 de fevereiro de 2016, por volta das 2 horas e 12 minutos, na Rua Álvaro Crestana, nº. 246, Parque Residencial Maria Stella Fagá, nesta cidade, trazia consigo, para consumo próprio, dois cigarros contendo 1,6 gramas de Cannabis sativa L, popularmente



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

conhecida como maconha, substância entorpecente que determina dependência física e psíquica, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, conforme auto de exibição e apreensão e laudo. Consoante apurado, na posse dos cigarros de maconha supramencionados, o denunciado decidiu se dirigir até o local dos fatos, conhecido por ser ponto de encontro de usuários de entorpecentes, a fim de consumi-los. Policiais militares em patrulhamento avistaram o denunciado em atitude suspeita, pelo que submetido a busca pessoal, encontraram com ele, precisamente no interior de um maço de cigarros que trazia consigo, os referidos entorpecentes, devidamente embalados para consumo, ao que ele prontamente assumiu a sua condição de usuário de tóxicos. Como o réu não compareceu à audiência preliminar foi oferecida a denúncia, com proposta de suspensão do processo. O réu foi citado (página 62), e na audiência de proposta de suspensão do processo, houve nova oportunidade para transação penal, a qual foi aceita e devidamente homologada (fls. 63). Como o réu não cumpriu a transação o feito prosseguiu e o réu não foi mais localizado, resultando prejudicada a proposta de suspensão do processo, que seguiu à sua revelia, nos termos do artigo 367 do CPP. Nesta audiência, oferecida a defesa preliminar, a denúncia foi recebida. Inquiriu-se uma testemunha de acusação, ficando prejudicado o interrogatório do acusado. Nos debates o Dr. Promotor requereu a condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição alegando a atipicidade do fato, que ofende a pessoa do réu e não se pune a autolesão. **É o relatório. DECIDO.** O réu foi surpreendido na posse de dois cigarros de maconha, cuja droga foi submetida a exame pericial com resultado positivo (fls. 14). Demonstradas a autoria e materialidade, esta pelo laudo já mencionado. A autoria através da testemunha ouvida, que confirmou a posse do entorpecente pelo réu. Demais, quando ouvido no termo circunstanciado o réu confirmou que tinha o entorpecente e que se destinava ao seu uso. O argumento do combativo defensor não merece acolhida. O fato é típico e tem previsão legal. Ao contrário do sustentado, ele não atinge apenas a pessoa do réu, mas toda a coletividade, porquanto esta acaba atingida pelo comportamento do dependente de droga que, para alimentar o vício, pratica vários delitos, especialmente contra o patrimônio, como também os próprios familiares que acabam abalados pela conduta do viciado. A condenação é medida que se impõe e se justifica. Pelo exposto e por tudo o mais que nos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA PARA IMPOR PENA AO RÉU.** Considerando todos os elementos formadores do artigo 59 do Código Penal, a despeito da primariedade, o réu demonstrou descaso para com o processo, deixando de atender as intimações e de cumprir os benefícios que lhe foram oferecidos, aumentando o grau de sua culpabilidade. Assim, merece que a punição seja muito além da mera advertência sobre os efeitos da droga. Faço opção pela prestação de serviços à comunidade e pelo prazo de 1 (um) mês, devendo assim cumprir trinta (30) horas de prestação de serviços. **CONDENO, pois, FELIPE DIAS à pena de 1 (um) mês de prestação de serviços à comunidade, correspondente a trinta (30) horas,** por ter infringido o artigo 28 da Lei 11343/06. Após o trânsito em julgado façam-se as comunicações, inclusive ao TRE. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

Defensor: